

## A POLÍTICA DE SANEAMENTO INTEGRADO NO RECIFE: UMA ANÁLISE SOBRE A GESTÃO DO PT

Demétrius Rodrigues de Freitas Ferreira

### RESUMO

No presente artigo analisamos a experiência municipal de saneamento integrado no Recife, iniciada em 2001 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), até 2012. A partir da análise documental, de entrevistas e da análise de indicadores, observamos que houve rupturas e continuidades da política de saneamento integrado em relação ao modelo tradicional de gestão dos serviços de saneamento praticados anteriormente pela empresa estadual. A análise evidenciou as estruturas de gestão do saneamento da cidade, as tensões envolvidas na participação social pretendida com esta política, as transformações ocorridas através dos ciclos político-eleitorais e o desempenho nos indicadores de acesso aos serviços de saneamento. Os resultados apontam que a política municipal de saneamento integrado apresentou um baixo desempenho em alavancar os índices de atendimento à população, porém proporcionou mudanças significativas na gestão e, paradoxalmente, ensejou uma guinada de sua agenda inicial baseada na inclusão social para a privatização dos serviços.

Palavras-chave: Saneamento Integrado; Participação Social; Gestão; PT; Inclusão Social.

### THE INTEGRATED SANITATION POLICY ENFORCED BY THE WORKERS' PARTY MANAGEMENT IN RECIFE – PERNAMBUCO STATE (BRAZIL) DE 2001-2012

### ABSTRACT

In this article we analyze the experience of municipal integrated sanitation in Recife, started in 2001 by the Workers Party, and executed until 2012. From the documents analysis, interviews and analysis of indicators, we show that there were ruptures and continuities of the policy of integrated sanitation compared to the traditional model of management of sanitation services previously performed by the state company. The analysis also showed the sanitation management structures of the city, the tensions involved in the intended social participation implied in that policy, the changes occurred through the political and electoral cycles and the performance of indicators of access to sanitation services during the period considered. The results show that the municipal policy of integrated sanitation presented a poor performance in leveraging the population to service indices, although providing significant changes in management and, paradoxically, gave rise a shift from its initial agenda based on social inclusion for the privatization of services.

Keywords: Integrated Sanitation; Social Participation; Management; PT; Social Inclusion.

## DEMOCRACIA, DESCENTRALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A democratização do regime político brasileiro, em meados da década de 1980, trouxe consigo a emergência de novos atores no cenário nacional, marcando a competição de agendas no marco democrático para lidar com as demandas reprimidas pelo regime autoritário anterior. Os movimentos sociais eclodiram nesta reabertura política impulsionando a formação de uma agenda ampla para o trato das desigualdades sociais, todavia, nesse período, a crise econômica se aprofundou minando a capacidade do Estado brasileiro para garantir uma atuação condizente com as necessidades urgentes.

O ajuste fiscal e a estabilidade econômica, orientados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, balizaram este momento político. O Consenso de Washington<sup>1</sup>, em 1989, orientou a implementação de medidas voltadas para a privatização de empresas estatais, controle da inflação, austeridade fiscal, redução do Estado e liberalização da economia. O controle da inflação e a retomada do crescimento econômico foram às principais justificativas perante a sociedade na adoção de tais medidas (Oliveira, 2003).

Essa nova conjuntura foi marcada pela liberalização da economia brasileira e por um amplo processo de abertura política. Segundo Melo (1996) foi no lastro da crise fiscal da década de 1980 que o Estado brasileiro passou a sofrer seus efeitos nos anos seguintes, prenucciando aquilo que viria a ser a reforma do aparelho estatal, da organização e da gestão pública em um ambiente de maior competitividade internacional.

Diante da crise econômica instalada e da incapacidade do modelo de governo centralizador herdado da ditadura, houve um processo de descentralização política. A descentralização e a redemocratização ocorreram sob os espectros das mudanças de ordem in-

terna (crise do regime militar e redemocratização) e de adequação às novas tendências econômicas globais (neoliberalismo) (Oliveira, 2003). Assim, o novo *modus operandi* estatal implicou em um novo padrão de gestão pública, orientado por coalizões políticas voltadas para atender interesses diversos que, em linhas gerais, podem ser caracterizados por duas correntes distintas: a neoliberal e a progressista (Leal, 1990).

A primeira corrente buscou enquadrar o modelo de gestão pública em consonância com os princípios do neoliberalismo, advogando que a ação dos mecanismos saneadores do mercado (ou racionalmente mais eficientes) seria a melhor maneira de estabilizar a economia. Para essa corrente a intervenção do Estado seria a causa motriz da crise, visto que as políticas sociais acarretavam elevados déficits orçamentários e a pesada estrutura burocrática estatal inibia o desenvolvimento econômico. A segunda corrente advogava que não só as contradições internas ao capitalismo levariam às crises cíclicas, mas também ao fato de o Estado socializar os custos do capital, através dos investimentos sociais (educação, tecnologia, infraestrutura, etc.), gerando um excedente social que sofre apropriação privada. Essa relação custo público/apropriação privada teria como disposição o crescimento das despesas públicas mais rápido do que o crescimento dos meios para financiá-la, acarretando uma crise fiscal em longo prazo. Em resumo, do ponto de vista do debate progressista, a crise estaria relacionada à economia e não ao Estado (Leal, 1990).

Paralelo ao debate entre as correntes neoliberal e progressista, a questão da participação social nos governos emergiu com forte tônica a partir de experiências exitosas de governos locais que engendraram inovações político-administrativas para atender as demandas sociais, a exemplo do Orçamento Participativo (OP). Essas experiências lançaram a perspectiva de uma outra reforma do Estado brasileiro, pautada pela sua publicização e pe-

1 Conjunto de medidas idealizadas pelas instituições financeiras mundiais (FMI, Banco Mundial) que visavam implementar o "ajustamento macroeconômico" nos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades.

la priorização de políticas sociais. Apresentando-se como uma alternativa política, o Partido dos Trabalhadores (PT), defendeu um modelo de gestão peculiar, conjugando elementos da democracia formal-representativa com mecanismos da democracia direta, legitimando um novo tipo de coesão social, radicalizando o processo de democratização mediante o controle público do orçamento, da transparência na burocracia pública, dos conselhos populares e da participação da sociedade civil organizada (Singer, 2001). Nessa lógica existia a premissa de que o deslocamento do processo de formulação e decisões sobre políticas públicas deveria passar do âmbito burocrático estatal para a sociedade organizada por meio de espaços institucionais que permitissem o diálogo entre Estado-sociedade.

O modelo de gestão do PT, baseado na participação social como eixo de negociação de interesses e tomada de decisões, foi denominado *modus petista* de governar. O PT defendia a intensificação de políticas sociais e a institucionalização da participação social (democracia participativa) como a melhor maneira de lidar com os problemas sociais brasileiros (Trevas et al, 1999). A descentralização perfazia esse modelo não só pela defesa da transferência de responsabilidades, recursos ou autoridade de níveis mais elevados de governo para níveis inferiores, mas também pelo deslocamento do poder decisório do Estado para a sociedade.

Em função do debate político da década de 1990 entre as duas correntes que se digladiaram, os progressistas e os neoliberais, crescia uma terceira corrente capitaneada pelo PT, levantando a bandeira das questões sociais brasileiras e defendendo uma descentralização radical do Estado através de canais de participação social direta.

Dentro de um tipo ideal, a conceituação do modelo de gestão defendida pelos governos petistas em relação às outras formas de governo poderia ser, de forma genérica, apresentada conforme descrição do Quadro 1, a seguir:

QUADRO 1 – CARACTERÍSTICAS DO MODELO DE GOVERNO DEMOCRÁTICO PARTICIPATIVO PETISTA EM COMPARAÇÃO COM OUTRAS FORMAS DE GOVERNO NO BRASIL

	AUTORITARISMO-BURORÁTICO	DEMOCRACIA CAPITALISTA	“DEMOCRACIA-PARTICIPATIVA PETISTA”
RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO	Lógica compartimentada, individualizante, onde não havia alargamento dos conflitos além dos grupos específicos de interesse	Modelo plural admitindo a diversidade de interesses, onde a sociedade tem capacidade de interferir nas decisões	Diversidade de interesses e participação direta da população na definição de prioridades
MODELO DE GESTÃO	Tecnocrático e autoritário	Arranjos de modernização gerencial aliado a coalizões social-democratas	Participação direta da população através de canais institucionais, conselhos, assembleias, orçamento participativo etc.
PROJEÇÃO	Desenvolvimento econômico	Desenvolvimento econômico e social	Combate as desigualdades sociais

Fonte: Ferreira, 2012.

Desta forma, é importante ressaltar que o tipo ideal de governo petista apresentado foi se desenvolvendo através de experiências locais de políticas públicas setoriais inovadoras que assim como o Orçamento Participativo (OP), lograram êxito e passaram por um amplo processo de disseminação (Trevas et al, 1999). No caso aqui analisado, foi feita uma avaliação da política de saneamento integrado na cidade do Recife/Brasil, no período de 2001-2012, a qual apresentou consigo elementos da democracia participativa, descentralização e inversão de prioridades que são características presentes no *modus petista* de governar.

## 1. A EXPERIÊNCIA DO PT NO RECIFE PARA O SETOR DE SANEAMENTO DURANTE O PRIMEIRO GOVERNO (2001-2004)

Em 2001, o PT assumiu a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) e iniciou um amplo processo de participação e mobilização popular para definir a política municipal de saneamento. Do ponto de vista da concepção do modelo de intervenção em saneamento, optou-se pelo saneamento integrado por este atender a complexidade das necessidades das áreas de baixa renda que apresentavam um quadro de precarização total no acesso aos serviços públicos e a forma de ocupação.

Segundo um dos técnicos da PCR que participou do momento inicial de concepção da política e saneamento integrado no Recife:

A gente precisava formular, como era que a gente compreendia uma ação de saneamento (PCR), isso trazendo toda aquela discussão que já vinha sendo feita do saneamento ambiental, que era um saneamento mais amplo onde a abordagem não era somente água e esgoto, mas já se discutia em nível nacional que saneamento era mais do que isso, para você resolver uma situação de saneamento numa área carente você não respondia aquela totalidade colocando somente água e esgoto, era preciso fazer muito mais outros itens, e aí começou a se formular essa discussão do saneamento integrado, que era isso, mas tinha um conjunto de outros itens. Na seqüência veio a discussão de que todos esses outros itens estão em instâncias operacionalmente fragmentadas, dissipadas, quando a gente diz que a drenagem é importante, mas ela não está dentro da secretaria de saneamento, está dentro da Secretaria de Serviços Públicos (...) Então esse modelo de saneamento integrado, ele era integrado também, não só por ter esse conjunto de itens, mas também porque necessitava de uma integração de outros atores, em nível operacional e em nível político também. Quando a gente sabe que tem recursos para saneamento na saúde, então exigia um diálogo com a saúde, então esse modelo veio em cima disso, veio em cima da necessidade. Recife precisava discutir politicamente qual era o modelo de atuação na cidade (Técnico da PCR, em 7 de julho de 2011).

O modelo de saneamento integrado, ver figura 1, incorporou diversas variáveis relativas à salubridade socioambiental:

FIGURA 1 – MODELO DO SANEAMENTO INTEGRADO NO RECIFE



Fonte: SESAN, 2004

Através deste modelo, optou-se, como diretriz, atender as áreas pobres da cidade que não possuíam acesso aos serviços de saneamento e apresentavam diversas precariedades habitacionais. Em paralelo, a gestão municipal também buscou formatar relações institucionais junto à Compesa para garantir um bom desempenho das ações de saneamento integrado (Carta de Saneamento, 2002).

Todavia, as relações com a Compesa representavam um choque frontal de interesses. Esta empresa, oriunda do regime militar, sempre atuou com base no autoritarismo e tecnicismo, desconsiderando historicamente o atendimento das áreas de carentes do Recife por questões de inviabilidade financeira ou por questões do tipo de ocupação (geralmente ocupações irregulares ou de traçado irregular). Assim, a PCR planejava construir uma relação institucional onde a Compesa atuasse de acordo com os interesses do município, atendendo as áreas carentes da cidade do mesmo modo que atendia as demais áreas. Essa relação deveria ser consagrada através de um contrato de concessão, definidor dos papéis e atribuições da gestão dos serviços de saneamento no Recife.

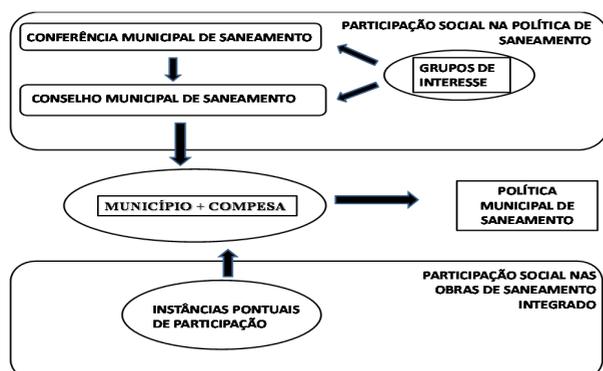
Ainda no bojo de concepção da modelo de intervenção para o saneamento, o primeiro secretário de saneamento do Recife, em consonância ao modelo de gestão petista, defendia a necessidade do elemento participação social nesta política:

Uma intervenção de saneamento integrado será muito mais eficaz se houver envolvimento direto da população, se você conversar com a população como usufruir do seu sistema de água ou de esgoto, o que pode ser feito e o que não pode, senão entope, estraga, danifica, como cobrar do poder público para que ele exerça sua obrigação (...) A participação popular quando integrada ao saneamento integrado multiplica seus resultados, mas são coisas diferentes (Antonio Miranda, em 13 de outubro de 2011).

Em linhas gerais, o período (2001-2004) foi marcado pela criação de uma Secretaria de Saneamento (SESAN) que possuía um quadro de funcionários com perfil técnico, pela realização da 1ª Conferência Municipal de Saneamento que foi um marco de inserção social no debate sobre a política de saneamento na cidade, pela retórica contrária ao processo de privatização do saneamento, pela implantação do saneamento integrado em áreas de baixa renda (projeto piloto de Mangueira e Mustardinha), pela tímida inserção do município na gestão dos serviços e pela debilidade política em assinar um contrato de concessão para garantir a segurança jurídica das deliberações da Conferência de Saneamento. Esta deliberou, dentre vários aspectos, sobre a criação de um conselho de saneamento, de uma autarquia municipal como estrutura institucional para implementar a política de saneamento integrado e de um fundo municipal de saneamento para garantir o permanente investimento nos serviços. Todavia, esse arranjo institucional formulado para a gestão dos serviços em âmbito municipal não se traduziu em mudanças efetivas.

Também foi planejado um modelo de participação social no processo de formulação, implementação e decisão na política de saneamento integrado nos moldes de um corporativismo-comunitário, inserindo e arregimentando os movimentos sociais e diferentes atores dentro do aparelho estatal, como pode visto na Figura 1, a seguir:

FIGURA 2 – ESTRUTURA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA POLÍTICA DE SANEAMENTO DO RECIFE



Fonte: Ferreira, 2012.

A partir desse arranjo, o desenrolar da participação social na implementação da política municipal de saneamento integrado passou por constrangimentos e contradições ao longo dos diferentes governos petistas, influenciando diretamente no padrão de gestão municipal. No caso, o aparelho estatal instrumentalizou a participação social segundo os interesses dos diferentes governos petistas, pois tanto a Conferência de Saneamento como o conselho criado não efetivaram as deliberações populares, levando a que a política de saneamento integrado continuasse sendo planejada e executada pelas burocracias estaduais e municipais, sem contra-peso político da participação social que passou a existir apenas dentro dos espaços institucionais criados.

## 2. O SEGUNDO GOVERNO PETISTA PARA O SANEAMENTO NO RECIFE (2005-2008)

Nesse período, as coalizões políticas locais foram marcadas por alianças partidárias diferentes daquelas que marcaram o primeiro governo do PT na cidade. Houve uma ampliação da base governista de natureza eminentemente fisiológica, implicando na velha prática do uso de secretarias como “moeda de troca” entre os partidos da base, uma prática comum no sistema político brasileiro.

O início desse governo ocorreu com a troca de comando na SESAN, onde se trocou o perfil técnico inicial por um perfil de cunho político. Essa mudança significou, no plano de prioridades, uma guinada substantiva de planos, em que a preferência em solucionar questões não equacionadas do ponto de vista institucional (competências institucionais, modelos de gestão, inserção do elemento participação como eixo definidor da política, mecanismos de cooperação, em suma, o momento de construção institucional para atender a meta da universalização dos serviços) voltou-se para a execução de obras. Enquanto no primeiro governo a prioridade esteve voltado para as questões institucionais o segundo caracterizou-se pelo padrão obreiro.

A priorização de obras não foi por acaso. Nesse período, por parte do governo federal, houve a retomada de financiamento público para o setor, facilitando a captação de recursos para os investimentos municipais que, aproveitando o contexto por oportunismo político, tratou de celebrar junto ao governo estadual de Pernambuco um Contrato de Programa (2005) e um Convênio de Cooperação (2005) que apenas respaldaram o monopólio da Compesa na gestão e prestação dos serviços de saneamento no Recife, ao passo que assegurava uma definição institucional que permitia a captação de recursos por parte do governo municipal para realização de obras de saneamento em áreas de baixa renda.

Essa prática resultou na descaracterização do projeto inicial da política de saneamento integrada, que estava voltada para atender áreas de baixa renda e equacionar os problemas institucionais.

Por fim, esse período foi encerrado com uma postura omissa do governo petista frente ao modelo tradicional de gestão planasiana da Compesa, evitando o desgaste político-partidário em tentar inserir o município na gestão dos serviços, bem como secundarizou os instrumentos de participação social como eixo definidor da política municipal de saneamento. Nesse último ponto, o elemento da participação social passou a existir na condição de comissões locais, sem conferências, apenas onde existiam obras, sem qualquer inserção nos processos decisórios acerca dos rumos que deveria tomar a política municipal de saneamento.

### 3. O TERCEIRO GOVERNO PETISTA PARA O SANEAMENTO NO RECIFE (2009-2012)

A terceira gestão petista foi marcada por uma grave crise de ingovernabilidade, engessando a estrutura municipal no tocante à

implementação de políticas públicas<sup>1</sup>. Especificamente, na área de saneamento não existiram novidades. A única novidade nesse período aconteceu no nível estadual, onde em 2011, o governador Eduardo Campos (PSB) anunciou o lançamento de uma Parceria Público-Privada (PPP) para o saneamento na Região Metropolitana do Recife (RMR), objetivando universalizar a cobertura de esgotamento sanitário nesta região e no município de Goiana.

A PPP do saneamento movimentou as organizações sindicais no Estado<sup>2</sup>, que publicaram um “Dossiê de denúncia à privatização da Compesa (2011)”. Nesse dossiê, contrário a PPP, foi apresentado o projeto piloto – Mangueira e Mustardinha, como uma experiência paradigmática a ser empregada pelo governo do estado, defendendo uma parceria pública-pública para a gestão dos serviços de saneamento na esfera estadual. Ainda no referido documento foi feita alusão as deliberações da 1º Conferência Municipal de Saneamento, a qual restringia a concessão total ou parcial dos serviços à iniciativa privada. No entanto, houve por parte do prefeito João da Costa (PT) manifestação pública favorável à PPP, enaltecendo a pretensa elevação dos índices de cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgotos em 90% na cidade como um ótimo empreendimento.

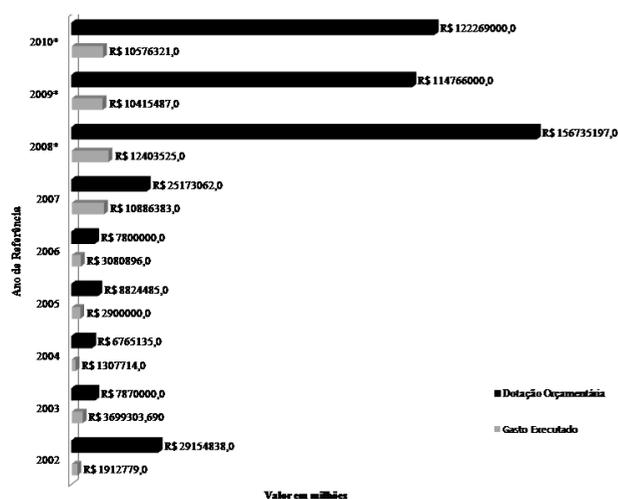
Durante o terceiro governo petista também ocorreu uma forte onda publicitária sobre a alocação de recursos de grande soma para o setor de saneamento, destacando sua importância e a prioridade dessa política de alto teor redistributivista na cidade. Destacava-se, sobretudo, a grande soma de recursos a serem aplicados para sanar o histórico problema sócio-ambiental da falta de acesso aos serviços de esgotamento sanitário no Recife. Segundo dados das Leis Orçamentárias Anuais (LOA's), a aplicação de recursos no setor ficou

2 A terceira gestão petista no Recife foi marcada por desavenças políticas internas entre o PT e a base aliada. Inclusive foi alvo de intervenção partidária, impedindo o pleito de reeleição do prefeito João da Costa (PT) em função da candidatura do Senador Humberto Costa (PT).

3 Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Pernambuco (Sindurb-PE), Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste (FRUNE), Federação Nacional dos Urbanitários (FNU).

muito aquém do volume existente em todos os governos petistas, como pode ser observado no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E O GASTO EXECUTADO EM SANEAMENTO (2002-2010)



Fonte: LOA's, 2002-2012

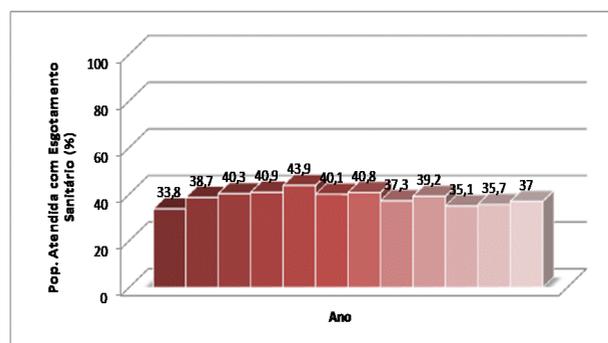
\*Os dados referentes aos anos de 2008 a 2010 são relativos aos recursos executados apenas pela autarquia de saneamento, sem considerar os investimentos da SESAN.

Comparativamente os baixos níveis de investimento em saneamento foram uma constante no(s) governo(s) petista(s). Seja em função da restrição de recursos e da falta de financiamento que ocorreu na primeira gestão que priorizou os aspectos institucionais, seja com o retorno dos investimentos e a maior transferência de recursos para o setor como ocorreu na segunda gestão. Ou ainda como ocorreu na terceira gestão, onde relativamente existiu uma abundância de recursos, mas faltou à prioridade na sua execução em função da PPP estadual para o setor.

De acordo com os dados obtidos, o município investiu, em uma estimativa otimista com base nas LOA's, ao todo, 57 milhões de 2002 a 2010, que em valores anuais representa cerca de R\$ 6 milhões por ano. Em relação ao tesouro municipal, de 2002-2010, esse valor anual representa uma média da ordem de 0,42% de aplicação em saneamento (LOA, 2002-2012). Inclusive o baixo volume de investimentos no setor é refletido nos baixos índices de atendimento a população que, em li-

nhas gerais, se mostrou insuficiente frente à gravidade dos problemas sociais e ambientais existentes (insalubridade e poluição dos córregos e rios). Conforme pode ser visto no gráfico 2, de acordo com os dados do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS), o crescimento da oferta dos serviços de esgotamento sanitário no Recife apesar de apresentar crescimento positivo no período de análise ainda se mostra pouco expressivo.

GRÁFICO 2 – POPULAÇÃO ATENDIDA COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO RECIFE DE 2001-2012



Fonte: SNIS, 2015.

De 2000 para 2012, foi observado um crescimento médio anual da ordem de 0,26% no incremento da oferta dos serviços de esgotamento sanitário. Nesse ritmo, pensar em universalizar os serviços de saneamento no Recife levaria ao menos 242 anos, caso dependesse apenas da intervenção municipal, considerando o contingente populacional do censo de 2010.

Por fim, o terceiro governo petista foi marcado pela paralisação das obras programadas, pela “incapacidade” em aplicar os recursos existentes para o setor e pela aproximação com um padrão empresarial de gestão e prestação de serviços, que se deu com o consentimento sobre a PPP do saneamento, oriunda do governo estadual.

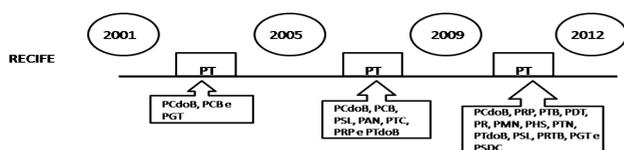
## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os últimos 12 anos nos quais a gestão petista atuou no campo do saneamen-

to observamos 3 fases distintas. O primeiro, fortemente influenciada pelo binômio inversão de prioridades-participação social, marcou pela tentativa de fortalecimento institucional do município como titular dos serviços, inovando através do saneamento integrado, pela realização da 1ª Conferência Municipal de Saneamento e pelo modelo participativo na formulação de políticas públicas. O segundo foi caracterizado pela execução de obras, pela não institucionalização de canais de interlocução direta com a sociedade, mostrando-se incapaz em alargar os conflitos de interesses da arena local. O terceiro governo ficou marcado pela paralisação das obras e pela iniciação de parceria com a iniciativa privada, que ocorreu com a proposta da PPP do saneamento, aproximando a gestão petista das práticas gerenciais defendidas pelas correntes neoliberais.

A diferença substancial existente entre os três governos petistas evidenciou que o modo petista de governar não se traduz em um modelo de gestão próprio e consolidado, pelo contrário, suas contradições nos dão evidência de ser apenas um tipo ideal, marcado por incoerências. Os governos petistas no Recife, não diferente de outros governos, atuaram em função dos ciclos eleitorais locais e de suas alianças. Como podemos observar na figura 3, a formação de alianças político-partidárias cresceu com as sucessivas eleições.

FIGURA 3 – ALIANÇAS POLÍTICO-PARTIDÁRIAS DO PT NO RECIFE ENTRE 2001 E 2012



Fonte: Nunes, 2015.

O efeito dessas alianças no âmbito das políticas públicas é a descaracterização e des-

continuidade, como pode ser observado no caso da política de saneamento integrado. Portanto, o fisiologismo dos partidos no sistema político brasileiro limita a capacidade na implementação de agendas duradouras, tendo sua lógica vinculada ao processo eleitoral em detrimento das políticas públicas estruturais.

Quanto ao elemento da participação social que deveria figurar como um dos pilares de seus governos, não passou de um pano de fundo, existindo apenas no interior do aparelho burocrático sem qualquer forma de inserção nos processos decisórios.

O caso do saneamento no Recife, longe de se apresentar uma solução, ainda se trata de uma questão não equacionada. Verificou-se um quadro crônico de baixa cobertura dos serviços, de desigualdade no acesso destes, além da falta de estrutura institucional, como também de carência de políticas efetivas e estruturadas para lidar com essa dívida histórica que a cidade do Recife possui, principalmente, com a população mais pobre. Todavia, com a privatização dos serviços de saneamento através da PPP do saneamento, a tendência é que se agravem ainda mais as desigualdades sociais no acesso destes serviços públicos.

Recebido em: 15/03/2015

Aprovado em: 20/05/2015

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Demétrius Rodrigues de Freitas. *Limites e Possibilidades da Gestão Municipal no Setor Saneamento (2000-2012)*. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 145p, 2012.

LEAL, Suely Ribeiro. *A outra face da crise do estado de bem estar social: neoliberalismo e novos movimentos da sociedade do trabalho*. Campinas-SP, NEPP UNICAMP, Caderno n. 13, p. 1-46, 1990.

MELO, Marcus André Barreto Campello. *Federalismo e política social: as vicissitudes da descentralização*. In: Melo, Norma Lacerda

De; Leal, Suely Maria Ribeiro (org.) *Relação público-privado: do local ao global*. Recife, Editora universitária, 1996. p. 15-41.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento: diagnóstico dos serviços de água e esgotos*, Brasília, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, 2015.

NUNES, Sandra Marília Maia. *Planejamento Urbano no Recife: futuro do pretérito*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 292p, 2015.

OLIVEIRA, F. M. *Cidadania e Cultura Política no Poder Local*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 194p, 2003.

RECIFE, Prefeitura da Cidade do. *Convênio nº 006/2001*. Recife, 2001

\_\_\_\_\_, Prefeitura da Cidade do. Carta de Saneamento do Recife. In: *Caderno de resoluções da 1ª Conferência Municipal de Saneamento*. Recife, 2002. 2p.

\_\_\_\_\_, Prefeitura da Cidade do. *Convênio de Cooperação – SANEAR/ARPE: Plano de Trabalho da SANEAR/SESAN*. Mimeo. Recife, 2008. 31p.

\_\_\_\_\_, Prefeitura da Cidade do. *Lei Orçamentária Anual*. Recife, 2002-2011.

\_\_\_\_\_, Prefeitura Municipal do. *Relatório de Gestão*. Secretaria de Saneamento, 2004.

SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 98p, 2001.

TREVAS, Vicente; MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz (Orgs.). *Governo e cidadania: Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo; Editora: Perseu Abramo, 1999.